



Tucanos condenam erro de Dilma em números de programa de inclusão digital


Parlamentares tucanos condenaram ontem os números inflados usados pela pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, ao se referir ao programa federal "Computador para Todos". Reportagem da "Folha de S. Paulo" do último fim de semana revela que Dilma aumentou, por conta própria, em 5 milhões o número de computadores comercializados.

"É mais um exemplo do cinismo que é a marca registrada deste governo. É comum vermos fraude nas informações. Eles usam desse benefício da dúvida para fazer valer a ideia da fantasia, daquilo que efetivamente não aconteceu", destacou o deputado **Walter Feldman (SP)**.

O "Computador para todos" visa baratear o preço dos PCs para incentivar a inclusão digital. Dilma informou, em seu site, que foram vendidos 17 milhões de computadores já com os benefícios do programa. Mas levantamento da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) mostra que, na verdade, foram comercializados 12 milhões de unidades.

Já o deputado **Carlos Alberto Leréia (GO)** lembrou que a pré-candidata petista tem em quem se espelhar ao inflar dados das realizações do governo e inventar fatos.

"O professor dela, o presidente Lula, sempre agiu assim. O mensalão disse que não conhecia, mas depois ficou conhecendo. Agora temos a tampa e o balaio", opinou.

Leréia observou ainda que em países como os Estados Unidos basta uma mentira para o presidente da República perder o mandato. "Isso é seríssimo. Veja que nos Estados Unidos, por exemplo, uma das coisas que pode levar um presidente a perder o cargo é a mentira. Não é inventando coisas que Dilma vai resolver os problemas do povo brasileiro", concluiu. 

Outros deslizes

→ Reportagem da revista "Piauí" mostrou, no ano passado, que Dilma errou ao apresentar seu currículo na internet. No perfil divulgado pela Casa Civil, ela teria feito mestrado e doutorado em Economia na Unicamp. A universidade paulista, no entanto, afirmou que só existe a matrícula da ex-ministra em seu banco de dados. Não consta, portanto, nenhum registro de conclusão das especializações.


Deputados reprovam indenização paga pela Telebrás à empresa do amigo de ex-ministro

O líder da Minoria na Câmara, deputado **Gustavo Fruet (PR)**, classificou de grave a denúncia de que a Telebrás teria pago R\$ 210 milhões a mais do que deveria numa ação de indenização movida por um empresário amigo do ex-ministro das Comunicações Hélio Costa (PMDB). Segundo Fruet, quem vai arcar com o prejuízo mais uma vez é o cidadão.

"Quem tem uma ação de indenização desse valor no Brasil? O dinheiro que deveria ser usado para a banda larga, vai acabar sendo direcionado para pagar dívidas passadas de pessoas próximas do governo. O prejuízo é para o povo. Não há banda larga que resista a isso no Brasil", criticou Fruet, nesta segunda-feira (31). O tucano lembrou que o caso vem à tona no momento em que o governo "ressuscita" a estatal, que será a gestora do Plano Nacional de Banda Larga, lan-

çado esse mês.

Vice-líder da Minoria, o deputado **Vanderlei Macris (SP)** classificou de "inconcebível" a indenização milionária. Para ele, o Planalto sempre tenta beneficiar os "companheiros". "É inconcebível, além de se tratar de uma 'ação entre amigos'. É praxe desse governo favorecer aqueles que são amigos do 'rei'. É importante que o Ministério Público Federal investigue os motivos de um valor tão alto de indenização, fruto de um acordo como se o recurso público fosse de propriedade do Planalto", condenou.

Macris informou que deve apresentar requerimento de informações na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para descobrir os detalhes da transação. O Ministério Público Federal (MPF) também investiga o caso. 

Diferença brutal

A Telebrás e a Embratel eram réis na ação judicial e foram condenadas a pagar, cada uma, indenização de R\$ 506 milhões à empresa "VT Um Produções e Empreendimentos", de Uajdi Moreira, amigo do ex-ministro Hélio Costa há mais de 30 anos. Enquanto a Telebrás firmou acordo extrajudicial com a empresa no valor de R\$ 253,9 milhões para encerrar a discussão, a Embratel precisou pagar apenas um sexto da quantia gasta pela estatal vinculada ao Ministério das Comunicações: R\$ 44 milhões.



Alta carga tributária brasileira inibe o desenvolvimento do país, diz Zenaldo

O deputado **Zenaldo Coutinho (PA)** lamentou, nesta segunda-feira (31), que o Brasil seja um dos países que mais cobra impostos no mundo e, ao mesmo tempo, um dos piores na prestação de serviços. A revista "Veja" mostrou que existem atualmente 83 tributos, taxas e contribuições no Brasil, o que consome em média 40% da remuneração da população.

Para diminuir essa carga tributária exagerada, o tucano recomendou a redução dos gastos de custeio, uma melhor utilização dos recursos já existentes e a punição dos envolvidos em corrupção. "Se fizermos essas três ações permanentes, teremos condição de diminuir os impostos no país", ressaltou, ao lembrar que Dilma Rousseff ainda defende a criação de mais um novo tributo: a Contribuição Social para a

Saúde (CSS), que viria substituir a antiga CPMF.


"Estamos num momento em que os brasileiros precisam debater o futuro. Espero que a carga tributária esteja na pauta das eleições para que todos façam uma reflexão sobre o absurdo dos desvios e da alta carga tributária no país", acrescentou o deputado.

Zenaldo destacou que o pré-candidato tucano à Presidência, José Serra, em debate na Confederação Nacional da Indústria (CNI), semana passada, defendeu a reforma tributária e a redução de boa parte dos tributos atuais. Segundo o parlamentar, os impostos exagerados inibem o desenvolvimento do país. "Ou se faz uma redução urgente da carga tributária ou ficaremos andando a passos de tartaruga enquanto os outros países se desenvolvem", finalizou.  

Tucanos querem aprovação de leis de combate ao tabagismo

O Dia Mundial sem Tabaco foi comemorado nesta segunda-feira (31). Em razão disso, diversas campanhas de alerta sobre os perigos do cigarro estão sendo feitas em todo o Brasil. Na Câmara, tramitam 129 projetos de lei com o objetivo de combater o fumo. Para o vice-presidente da Frente Parlamentar do Controle ao Tabaco, deputado **Luiz Carlos Haully (PR)**, o Congresso precisa de conscientização e muito empenho para a aprovação de mais leis que visem coibir o tabagismo.

"A nossa ideia é retirar as propagandas de cigarro de lugares visíveis, como padarias e supermercados. Queremos ver o cigarro dentro da gaveta, sem nenhuma propaganda", disse Haully. Segundo o tucano, o uso do cigarro é um vício deplorável além de ocasionar uma série de doenças graves como o câncer.

Raimundo Gomes Matos (CE) é outro parlamentar atuante no combate ao tabagismo. Projeto de lei de sua autoria cria um fundo de reparação civil que obriga a indústria tabagista a ser corresponsável nas despesas de recuperação dos doentes fumantes e na promoção da saúde dos usuários. "É inconcebível que essa indústria mate milhares e milhares de brasileiros todos os anos, provocando despesas ao Estado. Além disso, as empresas não possuem nenhuma responsabilidade social", lembrou. 


Maioria feminina

De acordo com pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de mulheres fumantes no Brasil é de **17,1 milhões**. Elas já superam a quantidade de homens adeptos do vício.

Campos cobra fiscalização dos recursos repassados a sindicatos

Membro da Comissão de Trabalho da Câmara, o deputado **João Campos (GO)** cobrou ontem uma fiscalização rigorosa sobre os recursos repassados pelo governo aos sindicatos e outras entidades que representam os trabalhadores em todo o Brasil. Campos lembrou que o sindicalismo no país está "descaracterizado" e os órgãos, em muitos casos, servem somente para arrecadar o "imposto sindical".

Reportagem do "Estado de S. Paulo", publicada ontem, mostra que a união das centrais sindicais em atos públicos e festivos esconde uma guerra dessas entidades por reserva de território, filiados e, principalmente, dinheiro. O objetivo é atropelar os adversários, crescer e garantir o "imposto sindical".

Para o tucano, as altas quantias recebidas pelos sindicatos os transformaram em grandes estruturas de poder e também provocaram um desvirtuamento nas atividades que essas entidades exercem. O parlamentar frisou que o Congresso precisa rediscutir essa matéria, já que o imposto deve dar condições para que o sindicato exista e não servir ao enriquecimento desses órgãos e de seus líderes. "Não temos que ser contra o sindicalismo. Mas precisamos de uma estrutura sindical que seja legítima, não viciada ou a serviço de uma cúpula desvirtuada ou de partidos políticos", concluiu. 

O número

A arrecadação do chamado imposto sindical rende aos cofres das entidades cerca de **R\$ 2 bilhões** por ano.

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Rafael Secunho ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Arthur Filho, Djan Moreno, Letícia Bogéa e Renata Guimarães ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Fotos: Eduardo Lacerda

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://diariotucano.blogspot.com> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>